

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da 2B Capital S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou um Lucro Líquido de R\$ 3.734 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 212.935 mil e Ativos Totais de R\$ 217.646.

A política de dividendos da companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Não houve a distribuição dos dividendos em 2018, em detrimento a utilização do mesmo para compensação do prejuízo fiscal.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 30 de janeiro de 2019.

**Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2018	2017		
<b>ATIVO</b>			<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>210.893</b>	<b>14.100</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	6.662	12.487		
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 6)	202.673	-		
Taxa Administração a Receber (Nota 8)	651	802		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 9)	799	799		
Despesas Antecipadas	95	7		
Outros Créditos	13	5		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.753</b>	<b>196.765</b>		
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>6.752</b>	<b>196.762</b>		
Ativos Disponíveis para Venda (Nota 7)	-	190.182		
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17e)	349	81		
Créditos Tributários (Notas 17c e 17d)	6.403	6.499		
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>1</b>	<b>3</b>		
Imobilizações de Uso	2	12		
Depreciação Acumulada	(11)	(9)		
<b>TOTAL</b>	<b>217.646</b>	<b>210.865</b>		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
	2018	2017
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>3.502</b>	<b>3.210</b>
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 8)	3.164	2.963
Variação Cambial Positiva (Nota 10)	-	62
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 10)	-	163
Outras Receitas Operacionais	337	-
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(10.938)</b>	<b>(8.595)</b>
Despesas de Pessoal (Nota 14)	(8.653)	(6.706)
Despesas Tributárias (Nota 13)	(985)	(399)
Despesa com Serviço de Terceiros (Nota 15)	(776)	(994)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 15)	(468)	(294)
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 10)	-	(52)
Despesas de Variação Cambial Negativa (Nota 10)	(2)	(200)
Despesa de Baixa de Imobilizado	(2)	(2)
<b>RESULTADOS FINANCEIROS</b>	<b>13.082</b>	<b>990</b>
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 12)	13.082	990
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>5.645</b>	<b>(4.417)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17a)</b>	<b>(1.911)</b>	<b>1.501</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZOS) DO EXERCÍCIO</b>	<b>3.734</b>	<b>(2.916)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
	2018	2017
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	5.645	(4.417)
Ajustes ao Prejuízo Líquido antes dos impostos	49	(31)
Depreciações	2	2
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5)	(8)
Juros Ativos	(5)	(8)
<b>Lucro Líquido/(Prejuízo) Ajustado</b>	<b>5.694</b>	<b>(4.448)</b>
(Aumento)/Redução de Ativos Financeiros	-	(615)
(Aumento)/Redução de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(12.497)	-
(Aumento)/Redução de Outros Ativos	9	(376)
Aumento/(Redução) de Passivos	2.000	73
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.031)	-
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>(5.825)</b>	<b>(5.366)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
Aquisição de Ativos Financeiros Disponível para Venda	-	(190.000)
<b>Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>(190.000)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>		
Aumento de Capital	-	205.000
<b>Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>205.000</b>
<b>(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(5.825)</b>	<b>9.634</b>
Caixa e Equivalente de Caixa - Início do Exercício	12.487	2.853
Caixa e Equivalente de Caixa - Fim do Exercício	6.662	12.487
<b>(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(5.825)</b>	<b>9.634</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A 2B Capital S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração de recursos de terceiros, compra e venda de títulos e valores mobiliários, prestação de serviços de consultoria e assessoria em operações e atividades correlatas aos mercados financeiro e de capitais e a participação em outras sociedades, como sócia, cotista ou acionista. A 2B Capital S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.

### 2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

#### 2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável. A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC e IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

#### 2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

#### 2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

#### 2.4) Ativos financeiros

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017: (i) Ativos Financeiros - Negociação - registrados ao valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empréstimos e Recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido. O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

#### • Mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

#### • Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

#### 2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preço, modelos de cotações ou cotações de fundos para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

#### 2.6) Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens.

#### 2.7) Investimento em Controlada

É classificado como controlada a entidade pela qual a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional.

Os dividendos recebidos de investimentos investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

#### 2.8) Patrimônio líquido

a) **Lucro por ação**  
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) A composição dos Investimento está demonstrada a seguir:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação no capital social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação	
				ON	PN		2018	2017	2018	2017
2B Capital Luxemburgo General Partner S.A.R.L. (1)	181	(1.038)	(52)	125	-	100,00	(1.038)	(881)	(52)	25
<b>Total</b>							<b>(1.038)</b>	<b>(881)</b>	<b>(52)</b>	<b>25</b>

(1) inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis.

### 11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ordinárias	60.013.820.257	60.013.820.257
<b>Total</b>	<b>60.013.820.257</b>	<b>60.013.820.257</b>

#### b) Dividendos

Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

### 12) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Rendimento em letras financeiras	12.497	616
Rendimento de aplicações em fundos de investimento financeiros	581	367
Juros ativos	6	8
Despesas financeiras	(2)	(1)
<b>Total</b>	<b>13.082</b>	<b>990</b>

### 13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Contribuição à Cofins	764	265
Impostos e taxas	84	79
Contribuição ao PIS	137	55
<b>Total</b>	<b>985</b>	<b>399</b>

### 14) DESPESA DE PESSOAL

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Proventos e gratificações	6.520	2.375
Encargos sociais	1.495	1.658
Despesa de benefícios	637	2.673
<b>Total</b>	<b>8.652</b>	<b>6.706</b>

### 15) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Despesa com transportes	25	28
Despesa com viagens	59	5
Despesa de serviços de terceiros	776	994
Despesa de associações de classe	32	48
Despesa com alimentação	41	21
Despesa com patrocínio	33	18
Despesas de seguros	242	167
Outros	36	7
<b>Total</b>	<b>1.244</b>	<b>1.288</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
Eventos	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial - Próprias	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Totais
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>19.167</b>	<b>-</b>	<b>(11.656)</b>	<b>7.511</b>
Aumento de Capital	205.000	-	-	205.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Outros Ativos	-	(287)	-	(287)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	-	-	(2.916)	(2.916)
<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>224.167</b>	<b>(287)</b>	<b>(14.572)</b>	<b>209.308</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Outros Ativos	-	(107)	-	(107)
Lucro Líquido (Prejuízos) do Exercício	-	-	3.734	3.734
<b>Saldos em 31.12.2018</b>	<b>224.167</b>	<b>(394)</b>	<b>(10.838)</b>	<b>212.935</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2018	2017
<b>Lucro Líquido (Prejuízos) do Exercício</b>	<b>3.734</b>	<b>(2.916)</b>
Outros Resultados Abrangentes	(107)	(287)
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>3.627</b>	<b>(3.203)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

### 2.9) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

### Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sob forma de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

### 2.10) Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo)

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

### 2.11) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os impactos decorrentes dos efeitos das variações monetárias auferidas, em caso *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores reconhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

### 3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

#### Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

#### Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

#### Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

#### Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

# 2B Capital S.A.

CNPJ 07.063.675/0001-29

Sede: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064 - Edifício Faria Lima Tower - 5º Andar - Jardim Paulistano - São Paulo - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

### d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal	Base negativa	Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2019.....	89	32	768	276	1.165
2020.....	177	64	837	301	1.379
2021.....	177	64	835	301	1.377
2022.....	89	31	980	354	1.454
2023.....	-	-	484	389	873
2024.....	-	-	-	6	6
<b>Total</b> .....	<b>532</b>	<b>191</b>	<b>3.904</b>	<b>1.627</b>	<b>6.254</b>

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada a expectativa de lucros contábeis.

### e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 349 (2017 - R\$ 81) refere-se a imposto de renda de aplicações financeiras e impostos de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

### f) Impostos e contribuições a recolher:

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 1.218 (2017 - R\$ 326), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 927 (2017 - R\$ 78), IRRF de R\$ 79, FGTS de R\$ 21, INSS de R\$ 4, ISS de R\$ 4 (2017 - R\$ 6), e Cofins/PIS de R\$ 69 (2017 - R\$ 58).

### 18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

b) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis.

c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

## A DIRETORIA

Antonio Marcos Sapata - Contador - CRC SP 1SP212776/O-9

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

### 2B Capital S.A.

São Paulo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da 2B Capital S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 2B Capital S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 04 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F-SPAndré Dala Pola  
Contador CRC 1SP214007/O-2